

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2017

Flavio Soares DA GAMA / f.soaresdagama@afdb.org
Idrissa SANOUSSI / idrissa.sanoussi@undp.org



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- Em 2016, a economia de São Tomé e Príncipe cresceu 5%, impulsionada pelo investimento agrícola e pelo turismo. O crescimento deverá prosseguir em 2017 e 2018 a um ritmo de 5.5%, em média.
- O país melhorou o Índice Mo-Ibrahim de Governança Africana, passando para o 11º lugar em 2016, em comparação com o 13º em 2015, o que reflete os esforços para melhorar a boa governação.
- A economia depende de *inputs* e tecnologia do exterior e tem um ecossistema industrial muito limitado, ainda assim o governo não possui uma estratégia de industrialização.

Visão global

O crescimento real do produto interno bruto (PIB) aumentou para 5% em 2016, face aos 4% registados em 2015, estimulado pelo investimento agrícola e pelo turismo. O crescimento deverá atingir 5.6% em 2017 e 5.4% em 2018, o que se deve principalmente ao investimento direto estrangeiro em construção e turismo. O ligeiro declínio de 0.2 pontos percentuais previsto para 2018 resulta das expectativas de uma ligeira diminuição do financiamento dos doadores. O índice de preços no consumidor (IPC) continuou a evoluir em uma tendência decrescente, apesar de um ligeiro aumento de 0.3% no final de 2016.

A mobilização de recursos internos suficientes para financiar as despesas públicas representa um desafio fundamental, ainda mais importante atendendo ao elevado stock de dívida pública, estimado em 75% do PIB em 2015. Em 2017, o governo prevê várias reformas tendo em vista uma alta das receitas. Em primeiro lugar, será fixado um imposto de 25% sobre as bebidas alcoólicas produzidas localmente. Em segundo lugar, o governo planeia regular o sistema de faturação. Em terceiro lugar, o governo pretende criar um tribunal fiscal regional. Finalmente, o governo também prevê atualizar o código tributário com vista a incluir, designadamente, um imposto sobre a prestação de serviços por não residentes.

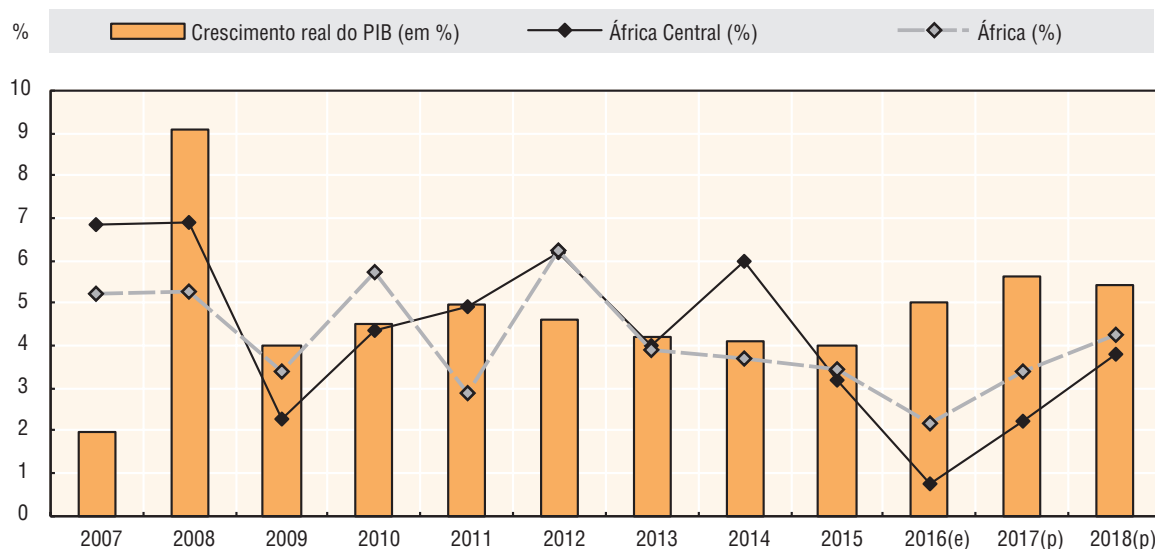
Entretanto, o setor financeiro enfrenta restrições ligadas à procura. Estas incluem a escassez de capitais a nível empresarial, a falta de projetos financiáveis pelos bancos e de reservas em divisas estrangeiras, cada vez mais escassas. Acima de tudo, as políticas orçamentais do governo são bastante desafiadoras para o setor privado ainda bastante embrionário. Além disso, as despesas de energia, de manutenção e de capital humano fazem com que os custos empresariais sejam elevados. As novas empresas frequentemente encontram dificuldades em começar suas atividades e fazer com que essas prosperem devido às altas taxas de juro, à dificuldade de acesso a financiamento de longo prazo e a um frágil sistema judicial.

De acordo com os dados do último censo, em 2012, o desemprego situava-se em 13.6%, continuando a afetar os jovens e as mulheres de modo desproporcional. O problema do desemprego torna ainda mais necessário o lançamento de novas iniciativas para estimular o empreendedorismo.

Para estimular o empreendedorismo, a indústria e o investimento estrangeiro, o governo deverá adotar uma série de reformas, incluindo uma redução de impostos e medidas que facilitem a obtenção de empréstimos.



Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB



Fonte: AfDB, Statistics Department AEO. Dados para 2013 são estimados, para 2014 e seguintes são projeções.

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	4.0	5.0	5.6	5.4
Crescimento real do PIB per capita	1.9	2.9	3.5	3.3
Inflação, medida pelo ÍPC	5.3	5.6	4.1	2.9
Saldo orçamental, em % do PIB	-6.3	-8.8	-3.7	-3.2
Conta corrente, em % do PIB	-12.9	-8.9	-10.5	-10.2

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

Conforme já referido, o crescimento económico de São Tomé e Príncipe deverá crescer para 5% em 2016, face a 4% em 2015, impulsionado quer pelo investimento nos setores primário e terciário, em particular na agricultura, quer pelas receitas do turismo. As perspetivas económicas a curto e médio prazo são positivas, com estimativas de crescimento de 5.6% e 5.4% para 2017 e 2018, impulsionadas pelo crescimento contínuo do investimento direto estrangeiro na agricultura e, em particular, na produção de cacau para exportação. Em 2015, o setor secundário, que representa 40.4% do PIB, foi o principal motor do crescimento, estimulado nomeadamente por um aumento de 16% da produção das pescas. Enquanto os setores de fabricação, construção e intermediação financeira estagnaram em 2015, os transportes, armazenamento e comunicações registaram um crescimento de 20%, relativamente a 2014.

Do lado da procura a economia apresentou um desempenho misto. No terceiro trimestre de 2016, a balança comercial deteriorou-se para 15.3 milhões de USD, de 16.1 milhões de USD no ano anterior, uma vez que as importações de bens para consumo privado aumentaram 16%. De facto, o aumento das exportações de bens e serviços no terceiro trimestre de 2016, impulsionado principalmente por um aumento de 84% nas exportações de cacau, foi insuficiente para evitar uma balança comercial negativa. Os níveis de consumo público foram elevados em 2016 devido ao aumento dos salários. Estes representaram 44.2% do total de despesas primárias em 2016, 7.2%

superior ao de 2015. Espera-se ainda um novo aumento do consumo público em 2017, impulsionado por um aumento previsto de 1% nos salários e remunerações. Enquanto isso, os níveis de consumo privado foram moderados em 2016 devendo manter-se moderados em 2017, ano em que os níveis de tributação pessoal permanecerão inalterados. As estimativas indicam que São Tomé e Príncipe recebeu apenas USD 4.2 milhões em investimento direto estrangeiro (IDE) em 2016. Embora este valor seja inferior aos 19.9 milhões de USD recebidos em 2015, espera-se que o IED recupere para 9.9 milhões de USD em 2017. O investimento em infraestruturas provavelmente conduzirá a uma alta de IDE, particularmente proveniente de investidores da República Popular da China, com a qual São Tomé e Príncipe retomou as relações diplomáticas em dezembro de 2016.

O orçamento geral do Estado de 2016 previa uma despesa de capital de 2.1 mil milhões de dobras (STD), dos quais mais de 70% seriam financiados por recursos externos, sendo o restante proveniente de recursos internos. Esta situação reflete a alta dependência do país em relação à ajuda externa para financiar os seus projetos de investimento do setor público. Até setembro de 2016, apenas 36% das dotações prometidas tinham sido desembolsadas, devido aos contínuos desafios orçamentais enfrentados pelos principais parceiros europeus e bilaterais de São Tomé e Príncipe. Como resultado, o governo não implementou alguns de seus projetos de investimento e programas sociais planeados. A situação reflete a fragilidade económica de São Tomé e Príncipe e o impacto significativo que os fatores exógenos podem ter sobre o país. Esse impacto estende-se tanto ao financiamento do défice orçamental quanto às perspetivas gerais de crescimento do país. Para enfrentar alguns desses desafios, o governo planeou e empreendeu várias reformas para aumentar a arrecadação de receitas internas. Tais reformas incluem a criação de um tribunal fiscal regional, atualizando o código tributário para tributar os não residentes na prestação de serviços e a revisão do código de investimento. Os programas de bem-estar social implementados nos últimos anos (refeições escolares, educação gratuita, etc.) continuam em vigor.

As perspetivas de crescimento de São Tomé e Príncipe são encorajadoras, embora seja necessário um esforço significativo para melhorar a saúde do setor financeiro. Com uma pressão para baixar os défices orçamentais, da balança corrente e da balança comercial a médio e longo prazo é, no entanto, imperativo que o governo faça um esforço substancial para melhorar a saúde do setor financeiro já que as reservas cambiais diminuem e os empréstimos improdutivos continuam a subir. Para 2017, esperam-se melhorias tanto na situação orçamental do governo, assente numa queda de 3% das despesas correntes, bem como da balança comercial, impulsionada por um aumento de 2% nas exportações. Por outro lado, o saldo da balança corrente deverá deteriorar-se ligeiramente. Embora São Tomé e Príncipe tenha conseguido conquistas na gestão das finanças públicas e na educação e saúde, o governo deve continuar a centrar-se na disciplina orçamental e deve reconsiderar as suas prioridades de despesas, devendo implementar reformas estruturais e reforçar as suas instituições, no sentido de restaurar a credibilidade e a confiança na administração pública.



Tabela 2. PIB por setor (em percentagem do PIB)

	2011	2015
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	37.0	40.4
dos quais pesca	2.5	2.9
Indústria extrativa	0.5	0.6
das quais petróleo
Indústria transformadora	15.3	14.0
Eletricidade, gás e água	0.5	0.4
Construção	6.7	4.9
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, bens de consumo, hotelaria e restauração	13.0	12.3
dos quais hotelaria e restauração	1.0	0.6
Transportes, armazenagem e comunicações	5.0	6.0
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas	4.6	4.5
Administração pública e defesa	12.5	11.9
Outros serviços	4.8	5.1
Produto interno bruto a preços básicos/custo dos fatores	100.0	100.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

O objetivo geral da política orçamental de São Tomé e Príncipe é garantir a estabilidade macroeconómica. O programa económico de três anos com o FMI, ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) 2015-2018, integra as principais linhas de orientação. As revisões económicas de março e setembro de 2016 classificaram o desempenho do governo como satisfatório, apesar das derrapagens. As principais recomendações aconselham a despesas prudentes, ao controlo da dívida e a uma melhor mobilização dos recursos internos.

O orçamento de 2016 coloca uma pressão suplementar sobre os esforços do governo para mobilizar recursos internos adicionais para financiar as contas orçamentais. O orçamento de 2016 prevê uma despesa de 3.75 mil milhões de STD, 18% superior à do ano anterior. Os principais setores beneficiários foram as infraestruturas e os recursos naturais, que receberam 12% do orçamento, seguidos da educação (6%) e da saúde (5%). Por outro lado, o governo também estabeleceu uma meta de 5% para o crescimento económico, esperando atingir este objetivo graças ao aumento do financiamento dos projetos pelos doadores, à recuperação do investimento direto estrangeiro e ao apoio orçamental. Em 2016, de acordo com as estimativas, as receitas totais e os subsídios atingiram 27.8% do PIB em 2016, contra 28% reportados em 2015. Uma queda de 5% nas receitas fiscais levou a esta ligeira queda. Por outro lado, a despesa total foi estimada em 36.5% do PIB em 2016, representando um aumento de 6% face a 2015, impulsionado principalmente por um aumento de 1.1% nos salários do setor público. Consequentemente, o défice primário situou-se em 8% do PIB em 2016, face a 5.5% do PIB em 2015. Este valor situa-se acima dos 2% do PIB acordado com o FMI no âmbito do programa trienal. O défice foi financiado com recursos do fundo soberano do país, através da emissão de dívida pública e de empréstimos de parceiros bilaterais, nomeadamente Angola e Portugal. No entanto, esperam-se melhorias significativas para 2017 e 2018, com os défices primários projetados em 2.9% e 2.5% do PIB, respetivamente. O aumento do desempenho será impulsionado pela redução das despesas correntes e pelo aumento do apoio dos doadores.

Durante o ano em análise, o governo também deu passos no sentido das reformas estruturais, incluindo uma estratégia para o setor financeiro para 2017-2020, trabalhando na estratégia de desenvolvimento do setor privado 2015-24 e melhorando o *software* para as finanças públicas



(SAFE). Da mesma forma, o governo também tomou medidas para melhorar a qualidade dos seus relatórios financeiros através da reestruturação do comité de auditoria interna e da nomeação de um novo diretor com as competências necessárias. Há, no entanto, que aguardar pelos resultados dessas ações. No futuro, o governo continua empenhado na consolidação orçamental e, como já referido, planeia implementar várias reformas destinadas a aumentar a arrecadação interna de receitas.

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB) (a)

	2008	2013	2014	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Receitas totais (inclui donativos)	42.8	33.5	25.1	28.0	27.8	33.2	32.8
Receitas fiscais	14.4	16.0	13.7	15.1	14.4	14.2	14.1
Receitas do petróleo	27.2	12.9	10.0	11.5	11.9	17.6	17.3
Despesas totais e empréstimos líquidos (b)	27.7	31.6	30.5	34.3	36.5	36.9	36.0
Despesas correntes	20.0	18.9	18.0	18.2	19.4	19.8	19.2
Sem juros	19.2	18.4	17.3	17.4	18.7	19.0	18.5
Ordenados e salários	7.7	9.3	8.8	8.9	9.0	9.1	8.9
Juros	0.8	0.5	0.7	0.8	0.7	0.8	0.7
Despesas de Investimento	9.6	12.7	12.5	16.1	17.2	17.1	16.7
Saldo primário	15.9	2.4	-4.6	-5.5	-8.0	-2.9	-2.5
Saldo global	15.1	1.9	-5.3	-6.3	-8.8	-3.7	-3.2

Note : Nota : a. Somente os principais itens de receitas e de despesas são detalhados.

Fontes: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Política monetária

Desde 2010 que se tem vindo a registar uma tendência para a diminuição da inflação em São Tomé e Príncipe, após a introdução de um acordo de taxa de câmbio com Portugal vinculando a dobra ao euro. Ao mesmo tempo, o acordo deixa o banco central com poder limitado para influenciar a oferta monetária. Em 2015, a inflação situou-se em 5%, face a um pico de 12.9% registado em 2010. Esta melhoria continuou em 2016, com inflação prevista de 5%. Os motores desta melhoria foram a fraca procura e a queda dos preços internacionais do petróleo e de outras matérias-primas. Em 2017 e 2018 são esperadas outras melhorias, com as metas de inflação a situarem-se nos 4.1% e 2.9%, respetivamente.

Os indicadores agregados monetários apresentaram um desempenho misto nos últimos dois anos. Em 2015, o crédito à economia aumentou 3.8%, contribuindo com um aumento de 11.7% no crédito para a categoria de «outras instituições financeiras» e um aumento de 7.3% no crédito ao setor privado. Os depósitos detidos pelos bancos comerciais também diminuíram 17.5%, impulsionados principalmente por uma queda de 33% das reservas internacionais. Em novembro de 2016, o crédito à economia cresceu 2%, levando a um aumento de 1.7% nos empréstimos ao setor privado. O banco central também reduziu a taxa de juro de referência de 12% para 10% desde 2015. Por outro lado, os depósitos em moeda estrangeira contraíram 8%, uma escassez que tornará mais difícil aos operadores privados importar mercadorias. O nível de crédito vencido foi estimado em 27% em novembro de 2016, afetado pelos empréstimos ao comércio e ao consumo privado, uma vez que a maioria dos créditos se concentra nesses setores, verificando-se um incumprimento por parte das famílias e empresas das suas obrigações.

O valor real da dobra caiu 2.1% em relação ao dólar em novembro de 2016, devido à desvalorização do euro face ao dólar. O Banco Central de São Tomé e Príncipe também avançou na implementação de reformas destinadas a melhorar o desempenho do setor bancário. As reformas incluem a aplicação tanto do rácio mínimo de ativos ponderados pelo risco de 12%, como de uma exigência legal para todos os bancos comerciais publicarem as suas contas financeiras. As referidas reformas incluem também a criação de sistemas de apoio à gestão de

liquidez, incluindo o desenvolvimento de um mercado interbancário para fazer face ao excesso de reservas monetárias. O governo planeia ainda incluir mais 223 produtos na cesta usada para medir a inflação.

Cooperação económica, integração regional e comércio

A integração regional tem aumentado as expectativas de desbloquear os principais estrangulamentos económicos do país, mas faltam ainda as políticas e as medidas para fazer avançar essa agenda. Apesar de ser membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central, São Tomé e Príncipe ainda não beneficiou de nenhum dos serviços de que poderia beneficiar.

Entretanto, as autoridades tomaram medidas para desenvolver serviços profissionais e de transbordo, em linha com as recomendações do Banco Mundial. Além disso, o programa Visão 2030 do governo pretende transformar São Tomé e Príncipe num centro de serviços, desenvolvendo as infraestruturas do país. Por outro lado, o último plano de ação do governo enfatiza o desenvolvimento de setores-chave de transformação, como a agricultura e o turismo.

São Tomé e Príncipe subiu um lugar, de 110º para 111º em 2015, no item comércio transfronteiriço no relatório do Banco Mundial, *Doing Business 2016*. O elevado volume de bens e serviços importados para consumo privado continua a contribuir para os desequilíbrios comerciais. O aumento de 19% nas exportações de bens entre 2015 e 2016 não foi suficiente para equilibrar o comércio, apesar de uma queda de 7.4% nas importações de bens. As transferências correntes, como remessas e subsídios, também aumentaram, crescendo 30.7% entre 2015 e 2016. Como resultado, o défice em conta corrente do país melhorou para 8.9% do PIB em 2016, face a 12.9% em 2015. Apesar dessa melhoria, prevê-se que o défice em conta corrente aumente em 2017, impulsionado por uma deterioração de 4% das exportações de serviços. No entanto, espera-se que aumente em 2018, liderado principalmente por um aumento de 2% nas exportações de bens. Estima-se que o IDE atinja 2.7% do PIB em 2017, crescendo ainda mais em 2018, enquanto o influxo de capital privado de curto é estimado em 3.7% e 4.9% do PIB para 2017 e 2018, respetivamente.

A localização geográfica do país continuará a dificultar a sua integração na região, inclusive no que se refere ao setor financeiro. A solução para este problema parece ser o investimento em projetos críticos e transformadores de infraestruturas, como aeroportos e portos.

Tabela 4. Balança corrente (em percentagem do PIB)

	2008	2013	2014	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Balança comercial	-43.2	-38.3	-36.6	-33.9	-30.2	-28.6	-28.3
Exportações de bens (f.o.b.)	4.0	4.3	4.9	3.6	4.3	4.4	4.5
Importações de bens (f.o.b.)	47.2	42.5	41.5	37.4	34.6	33.1	32.8
Serviços	-6.0	-9.0	-4.0	3.3	-2.4	-2.5	-1.1
Rendimento dos fatores	0.0	0.9	1.6	-0.3	0.3	0.4	0.3
Transferências correntes	16.4	23.0	17.0	17.9	23.4	20.2	18.9
Saldo da conta corrente	-32.9	-23.4	-21.9	-12.9	-8.9	-10.5	-10.2

Fontes: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Política da dívida

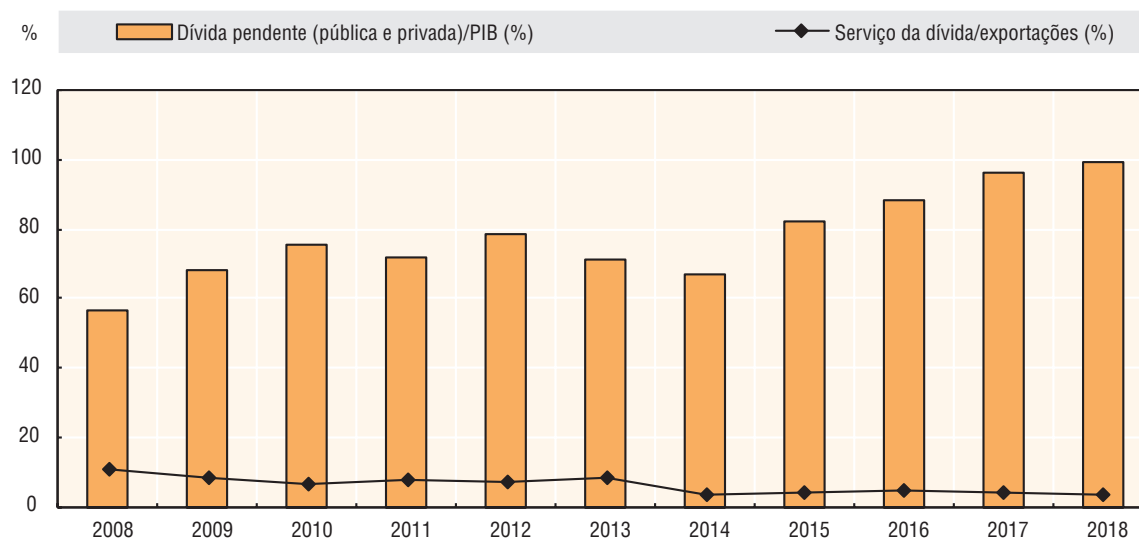
A dívida pública de São Tomé e Príncipe permanece em alto risco de incumprimento. O governo assinou um novo quadro macroeconómico de três anos com o FMI no âmbito do Mecanismo de Crédito Ampliado (ECF) para 2015-18. Esta situação é consistente com o programa para 2014-18 do governo, que se concentra na consolidação orçamental para ajudar a reduzir o alto risco do país de incumprimento da dívida. De acordo com a última análise conjunta do FMI e do Banco Mundial sobre a sustentabilidade da dívida, emitida em 2015, o rácio serviço da dívida / exportações



situou-se em 3.2% em 2015 e atingiu 4.9% em 2016. Projeções relativas ao valor atual da dívida pública e da dívida externa com garantias públicas (PPG) estiam que essas tenham crescido 1% do PIB em 2016, representando 143% das exportações e 27% das receitas públicas. Por outro lado, o serviço da dívida externa PPG em percentagem das exportações e remessas foi estimada em 3.9% em 2016, contra 2.6% em 2015. De acordo com as estimativas da análise de sustentabilidade da dívida do FMI / Banco Mundial, a dívida pública total em atraso a fornecedores, situou-se em 74.5% do PIB em 2014, com a dívida externa de PPG a médio e longo prazo a representar 68% do PIB. O governo tem feito, no entanto, progressos na redução do serviço da dívida através da implementação de medidas para aumentar a mobilização de recursos internos e a liquidação de atrasados. Relativamente a este último, o governo cancelou os seus pagamentos de atrasados à Companhia de Eletricidade e Gestão de Água (EMAE), avaliados em 1.2% do PIB. Existe, no entanto, o risco de que a dívida externa aumente se o preço internacional do petróleo subir, aumentando a conta de importações e pressionando a conta corrente.

Acresce ainda que o governo indicou que dará prioridade ao financiamento altamente concessional (empréstimos com termos mais generosos do que os de mercado aberto), de acordo com o acordo alcançado sob a nova política de endividamento do FMI. Neste contexto, o governo assumiu um compromisso de endividamento de cerca de USD 45.4 milhões em termos nominais até o final de 2018. Assim, todos os novos empréstimos devem ser destinados a projetos em infraestruturas e a gastos sociais com alto impacto no desenvolvimento e na redução da pobreza.

Figura 2. Estoque total de débito (percentagem do PIB) e serviço da dívida



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

As empresas privadas locais revelam que fazer negócios em São Tomé e Príncipe está a tornar-se muito desafiador. O financiamento ao setor privado é quase impossível devido às dificuldades de acesso ao crédito devido a uma alta taxa de juro provocada por um sistema judicial frágil. As perspetivas para o desenvolvimento do mercado financeiro continuarão difíceis à medida que os bancos comerciais reforçarem a sua análise de risco no que respeita à concessão de crédito ao

setor privado. O ambiente também apresenta elevados custos de produção, nomeadamente no se refere à energia, ao transporte e ao acesso à Internet, bem como aos custos gerados pelo crédito apenas disponível a curto prazo. Por outro lado, a aplicação efetiva das leis que constituem o enquadramento regulamentar para as empresas continua a ser um desafio para São Tomé e Príncipe.

Uma parte significativa da mão-de-obra do país é jovem, bem-educada e multilingue (português e francês). Entretanto, o fortalecimento da capacidade da força de trabalho por meio da formação profissional e técnica é fundamental para responder à procura de competências dos investidores nacionais e estrangeiros ao passo que a economia continua a desenvolver-se. O custo da mão-de-obra não qualificada básica é de cerca de 55 USD por mês, e está a aumentar ao longo do tempo. A legislação nacional do trabalho estabelece regras relativas ao salário mínimo, ao dia útil, às horas extraordinárias, às férias anuais pagas e aos feriados, mas essas disposições geralmente só são aplicadas aos funcionários públicos. Em termos de propriedade de terras e estabelecimentos privados, os estrangeiros são livres de estabelecer e possuir empresas e de se envolver em todas as formas de atividade empresarial em São Tomé e Príncipe, com exceção do setor militar. Além disso, a forma de participação pública (percentagem de participação do governo em *joint-ventures*) varia de acordo com cada contrato.

São Tomé e Príncipe atingiu o 166º lugar entre 189 países no relatório *Doing Business* 2016, do Banco Mundial, em comparação com o 163º lugar em 2015. O país obteve o reconhecimento do progresso na resolução da insolvência (para 2016 aumentou para 158º, de 161º em 2015) e na negociação transfronteiriça (111º em 2016, de 112º em 2015). No entanto, o governo ainda precisa de fazer esforços significativos nesse sentido. O acesso à eletricidade (115º lugar em 2016, de 111º em 2015) está entre as áreas que precisam de ser melhoradas. O número de dias necessários para iniciar um novo negócio é de cinco dias, de acordo com o relatório de negócios do Banco Mundial de 2016, ficando abaixo da média de 12 dias para os países da África subsariana. São Tomé e Príncipe não impõe qualquer restrição à entrada ou à saída de empresas (de acordo com o código de investimento de 2007, revisto em 2009). Segundo a legislação nacional, apenas os investimentos superiores a 250 000 USD são elegíveis para benefícios fiscais e garantias. As resoluções de disputas são difíceis devido aos procedimentos complexos e à ineficiência do sistema judiciário.

Setor financeiro

O setor financeiro em São Tomé e Príncipe carece de diversificação de intermediários financeiros e instrumentos. O setor é composto por sete bancos comerciais e 27 agências. A maioria dos bancos comerciais é de propriedade estrangeira, aumentando a sua vulnerabilidade a choques exógenos. O governo não tem uma estratégia para o desenvolvimento de instituições de micro-finanças, que são praticamente inexistentes. O sistema bancário é altamente concentrado, o que é típico de pequenos sistemas financeiros com concorrência limitada. Esse último apresenta uma combinação de rentabilidade negativa, alta participação nos empréstimos malparados (que se situava em 27% em novembro de 2016) e baixa adequação de capital (existem dois bancos com uma relação capital / risco ponderada mínima significativamente inferior ao mínimo do banco central de 10%).

Os bancos de São Tomé e Príncipe enfrentam dificuldades ligadas à escassez de capital e à falta de projetos viáveis. A diminuição da disponibilidade e reservas de moeda estrangeira agravaram esses desafios. Como resultado, os bancos comerciais tiveram de reforçar os seus critérios de avaliação de risco para os empréstimos. O acesso limitado aos serviços financeiros constitui um obstáculo ao desenvolvimento económico e à redução da pobreza. Apenas 48% das pessoas em São Tomé e Príncipe têm uma conta poupança, apenas 7% das Pequenas e Médias Empresas (PME) têm um empréstimo bancário, menos de 5% dos adultos são clientes de empresas de financiamento ao consumo e apenas 4% dos adultos têm algum tipo de seguro privado. Há



uma margem significativa para aumentar o acesso a serviços financeiros, incluindo pagamentos, poupança, crédito e seguros.

De acordo com o relatório do FMI de 2016, os indicadores de solidez financeira de São Tomé e Príncipe registaram uma tendência descendente desde 2012. De facto, o índice de adequação de capital deteriorou-se entre 2014 e 2015. O sistema é altamente líquido, mas os indicadores de rentabilidade e eficiência diminuíram drasticamente. Com efeito, a rentabilidade do capital próprio registou um crescimento negativo, situando-se em -27% em 2015, abaixo de -16% em 2014. O governo está a avançar rapidamente para abordar o grande stock de empréstimos em situação de incumprimento através da aplicação de uma estratégia abrangente apoiada por uma revisão detalhada da qualidade dos ativos.

Gestão do setor público, instituições e reformas

A eficiência da administração pública de São Tomé e Príncipe requer melhorias. A tomada de decisão envolve um longo processo com diferentes níveis de aprovação. Entre as causas desta lenta tomada de decisão estão a falta da motivação, um fraco sistema de desenvolvimento de carreiras e salários baixos. O governo tem feito progressos nesta área, aumentando os salários e respetivos encargos em 7.2% em relação ao ano anterior no orçamento do Estado de 2016. A falta de programas de trabalho e contratos de desempenho são outros dos desafios identificados. Por outro lado, o governo continuou com as suas reformas de política social implementadas nos últimos anos, oferecendo aos cidadãos educação e assistência médica gratuitas, bem como direito à segurança social. Ainda assim, as restrições orçamentais têm dificultado a implementação e execução dessas reformas. Estabelecer, através de uma fase piloto, contratos de desempenho para os diretores, seria um passo importante para melhorar a eficiência dos funcionários do setor público.

O governo também tomou medidas para descentralizar o poder com o objetivo de capacitar os seis distritos do país com vista a melhorar a eficiência e a prestação de serviços. Contudo, a fraca capacidade institucional impediu progressos neste sentido. Da mesma forma, a implementação da lei contra a corrupção não tem sido eficaz. O Banco Africano de Desenvolvimento financiou um estudo sobre a corrupção em 2016, que revelou que as práticas ilegais são uma realidade comum e que são necessárias novas medidas para resolver este problema.

De acordo com os indicadores de 2016 compilados pela organização *Global Integrity*, São Tomé e Príncipe atingiu 33 pontos numa escala de 0 a 100 projetada para medir a prestação de contas. Isto significa que o nível de responsabilização no país é fraco. Não obstante, existem mecanismos de prestação de contas, como a existência de um inspetor-geral. A capacidade dos inspetores de finanças requer melhorias para que estes funcionários possam efetivamente desempenhar a sua função de fiscalização das contas públicas. O sistema de responsabilização deve ser cumprido conforme indicado na pesquisa do orçamento aberto de 2016. Este relatório sublinhou que as principais instituições, nomeadamente o Parlamento e o Tribunal de Contas, não têm exercido o seu papel de forma eficiente.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente

A biodiversidade de São Tomé e Príncipe integra recursos inexplorados, incluindo recursos de elevado valor (plantas medicinais, espécies animais, recursos haliêuticos, etc.). No entanto, esta riqueza de biodiversidade enfrenta vários desafios ambientais, incluindo as alterações climáticas e um processo de erosão costeira, que afetam as infraestruturas, habitação e turismo. Em 2012 foi criada a Comissão Nacional para as Mudanças Climáticas, mas que não foi eficaz. No entanto, a União Europeia tenciona contribuir para o reforço das suas capacidades, a fim de ajudar esta comissão a desempenhar as suas tarefas de forma mais eficaz. Projetos apoiados por parceiros bilaterais, incluindo o Fundo Global para o Meio Ambiente, têm sido críticos para ajudar o governo a lidar com as questões de mudança climática.



O quadro institucional e jurídico de São Tomé e Príncipe aborda as questões das alterações climáticas de muitas formas. Na verdade, a proteção do meio ambiente é reconhecida na Constituição, embora essa proteção ainda não se tenha mostrado eficaz. O país também é membro de tratados e convenções internacionais sobre meio ambiente. Ao longo dos anos, o governo aprovou legislação ambiental em vários setores. O país ratificou também a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em 1998 e o Protocolo de Quioto em 2008. Embora São Tomé e Príncipe já tenha legislação sobre proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, grande parte da lei existente precisa de ser atualizada e regulamentada, em matéria de resíduos sólidos, silvicultura, extração agregada e avaliação do impacto ambiental. Em 2010, o país também desenvolveu uma estratégia nacional para a gestão de riscos de desastres, tornando a gestão da mudança climática e do risco de desastre parte da estratégia nacional para a redução da pobreza. O país apresentou as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDC) na COP21 em Paris em 2015, destacando a sua estratégia para abordar as questões das alterações climáticas. O progresso do INDC provavelmente será apresentado na COP26. À margem da COP22, o país apresentou um projeto de Bio e Energia, refletindo algumas das recomendações da COP21, nomeadamente a transferência de conhecimento e tecnologia. Em 2016, São Tomé e Príncipe ocupava o 154º lugar entre 180 países, de acordo com o Índice de Desempenho Ambiental (EPI).

Contexto político

O Presidente Evaristo Carvalho assumiu o cargo em setembro de 2016 depois de vencer uma eleição de duas voltas realizada em julho e agosto desse ano. A eleição do presidente Carvalho, que contou com o apoio do atual governo, veio dar um novo dinamismo à arena política atendendo às boas perspectivas nas relações com o primeiro-ministro. A dinâmica positiva entre o presidente e o primeiro-ministro também deve ajudar o governo a implementar o seu programa de reformas, conforme descrito na Visão 2030, a nova agenda para a mudança transformacional. Além disso, São Tomé e Príncipe restaurou as relações com a República Popular da China depois de ter cessado as relações bilaterais por 20 anos as relações bilaterais com o Taipé Chinês.

Em termos de governação, São Tomé e Príncipe ascendeu ao 11º lugar no Índice Mo-Ibrahim de Governação Africana em 2016, comparativamente ao 13º lugar em 2015. Esta situação reflete os esforços do governo para assegurar a boa governação. No índice 2016 da *Heritage Foundation*, o país subiu para o 22º lugar no ranking regional, com uma pontuação total de 56.7.

Contexto social e desenvolvimento humano

Capacitação dos recursos humanos

São Tomé e Príncipe deu passos significativos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas, refletindo os esforços nacionais bem-sucedidos em matéria de política social, cuidados de saúde e desenvolvimento humano. A matrícula no ensino primário continuou a aumentar, atingindo 98% em 2016. Entretanto, a mortalidade infantil caiu para 36 por 1 000 nados vivos no mesmo ano, representando uma melhora em relação a 2014, quando esse indicador era de 38 por 1 000. A mortalidade materna diminuiu para 56 por 100 000 em 2016, em relação a 76 por 100 000 em 2015. Atualmente, a malária é quase inexistente, enquanto o HIV/SIDA também se tornou menos prevalente. A prestação de formação por parte da UNICEF aos técnicos de saúde, aos trabalhadores administrativos locais e às comunidades tem sido fundamental para ajudar São Tomé e Príncipe a conseguir este progresso. O trabalho da UNICEF beneficiou três dos sete distritos sanitários do país e ajudou a identificar e eliminar os estrangulamentos na prestação de serviços de saúde e a adotar formas mais inovadoras de financiamento da nutrição e da prestação de cuidados de saúde. No entanto, são necessários esforços adicionais para atingir outros objetivos pendentes dos ODM, bem como os atuais Objetivos de Desenvolvimento



Sustentável (ODS) da ONU. Em 2016, o governo organizou *workshops* e conferências para apresentar o roteiro para a implementação dos ODS tanto para legisladores quanto para universidades locais.

Apesar dessas conquistas, o sistema educacional precisa de melhorias, incluindo a construção e reabilitação de escolas, melhorias no ensino e uma revisão da estratégia nacional de educação. Também é importante para o governo alocar recursos extras para o setor. Em 2016, o setor da educação recebeu apenas 6% do orçamento total do Estado, num país em que as lacunas das capacidades institucionais representam grandes desafios para o desenvolvimento. Investir mais em educação poderia ajudar a superar essas lacunas. A falta de equipamentos e profissionais médicos no país também deve ser tida em conta.

De acordo com os dados do *Relatório Global de Nutrição* de 2016, São Tomé e Príncipe está a caminho de cumprir os cinco indicadores-alvo da Assembleia Mundial da Saúde. A prevalência de crescimento atrofiado é de 31.6%. O acesso à água potável (percentagem da população) situou-se em 97% em 2015, enquanto o acesso ao saneamento permanece baixo, melhorando marginalmente para 34.7% em 2015 de 34% reportado em 2014. Entretanto, o acesso à água canalizada permaneceu estável em 33%.

Redução da pobreza, proteção social e trabalho

Embora a taxa de crescimento económico de São Tomé e Príncipe tenha sido em média de 4.5% nos últimos quatro anos, os níveis de pobreza e desigualdade continuam a ser uma preocupação. De acordo com as estatísticas nacionais, 13.6% das pessoas no país estão desempregadas, com as mulheres (59%) desproporcionalmente afetadas em comparação com os homens (41%). Tal situação reflete os desafios que as autoridades enfrentam na criação de mecanismos adequados para a criação de emprego, bem como do espírito empresarial e de desenvolvimento de competências. Cerca de 66% das pessoas têm uma despesa anual per capita inferior a 10.9 milhões de STD (a linha de pobreza estimada para o país em 2010) e gastam menos de 30 071 STD por dia. Usando a abordagem da pobreza absoluta, o distrito de Caué é o mais afetado, com uma taxa de pobreza de 84.5%. Lembá, com uma taxa de 73.4%, é o segundo distrito mais afetado. Os distritos de Mé-Zochi (56.6%) e Cantagalo (65.9%) são os menos afetados. Em termos de desigualdade, a pontuação do país ficou em 0.418, representando um declínio global de 24.7% relativamente a 2014, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano da Desigualdade (IHD).

No orçamento geral do estado de 2016, a alocação de recursos para apoiar a população mais pobre foi estimada em mil milhões de STD. Desta dotação, 42% destinaram-se a projetos relacionados com a saúde, 18.9% a agricultura e pescas, 18.3% a educação e 13% a iniciativas relacionadas com a energia. Estes dados refletem os esforços do governo para melhorar a qualidade do serviço nos setores que considera essenciais para a redução da pobreza. Em fevereiro de 2014, a estratégia de proteção social finalizou projetos que financiaram internamente os gastos com a proteção social, aumentando para 3% (equivalente a 6.8 milhões de euros) do PIB até 2023, face a 1.1% do PIB em 2012. Embora seja de pequena magnitude, é superior à média de outros países africanos que atualmente gastam 2.4% do PIB. Além disso, as estimativas indicam que cerca de 50 000 pessoas estão a beneficiar destes programas de segurança, nomeadamente de refeições escolares, vacinas e ajuda na saúde às mulheres grávidas.

Os parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe proporcionaram ao país apoio e aconselhamento para ajudar a melhorar os serviços de segurança social. Por exemplo, os parceiros de desenvolvimento do país contribuíram para a criação do programa de desenvolvimento da proteção social. Esta iniciativa visa contribuir para lançar as bases jurídicas para a reestruturação e melhorar a eficiência e a gestão dos serviços de segurança social, a fim de proporcionar melhores serviços à população.

São Tomé e Príncipe também ratificou a Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre as piores formas de trabalho infantil. Além disso, há também uma lei, que data de 1992,



para proteger os interesses dos trabalhadores tanto no setor público como no privado. Os direitos e benefícios dos empregados incluem, nomeadamente, o salário mínimo nacional, a licença de maternidade e o direito a férias.

Igualdade de género

O governo está empenhado em promover a igualdade de género tanto no âmbito internacional quanto nacional, tendo ratificado as convenções das Nações Unidas sobre os direitos da criança (1991) e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (2003) e, ainda, no âmbito da CPLP, o Plano estratégico para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres (2010), bem como várias leis nacionais, como a de 2008 contra a violência doméstica. No entanto, a desigualdade persiste em diversas áreas, nomeadamente no mercado de trabalho, nos órgãos de decisão (dos quais apenas 18% são mulheres) e no acesso à educação. Na verdade, a partir de 2014 as estatísticas sobre a taxa de analfabetismo relataram diferenças significativas: 5% entre os homens e 15% entre as mulheres. Ainda assim, para as pessoas com idades entre 15 e 24 não havia praticamente nenhuma diferença.

As mulheres continuam a ser desproporcionalmente representadas em segmentos socioeconómicos relativamente precários, constituindo assim um grupo vulnerável. Tradicionalmente, as mulheres desempenham um papel fundamental na segurança alimentar, sendo as principais produtoras para a produção, preparação e distribuição de alimentos. Representam 62.5% da população urbana desempregada contra 37.5% dos homens. Contudo, de acordo com o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano 2015 do PNUD, São Tomé e Príncipe tem um Índice de Desenvolvimento de Género feminino-masculino de 0.891, o que está acima da média de 0.872 para a África subsariana.

Analise temática: Empreendedorismo e industrialização em São Tomé e Príncipe

Durante a era colonial, São Tomé e Príncipe foi um grande exportador de matérias-primas agrícolas, em particular para os mercados europeus. À data da independência, em 12 de julho de 1975, a cultura do empreendedorismo industrial era praticamente inexistente, o que motivou a decisão do governo de lançar as bases do desenvolvimento industrial, o qual constitui-se, assim, como único promotor de atividades nessa área.

No entanto, a contribuição das indústrias transformadoras para a economia nacional é mínima. O setor privado está limitado a algumas pequenas e médias empresas (PME) em domínios como a panificação, a fabricação de cerveja, a fabricação de tijolos, o óleo de palma, a produção de sumos, os materiais de construção, as tintas, o rum, o sabão, o óleo de coco, a pecuária e as fechaduras metálicas. Apesar da pequena dimensão da indústria privada local, as circunstâncias económicas de São Tomé e Príncipe oferecem um significativo potencial de negócios no setor agroalimentar, tanto para transformar e agregar valor aos produtos locais, como para satisfazer as necessidades do consumo local. Os operadores capazes de implementar procedimentos de qualidade em termos de gestão e rastreabilidade de produtos estão em condições de exportar. Por outro lado, o considerável potencial de desenvolvimento de uma indústria turística de gama alta e a perspectiva de desenvolvimento da indústria petrolífera são motivo para acreditar na expansão económica de São Tomé e Príncipe a médio e longo prazo.

A atual capacidade tecnológica do país para transformar matérias-primas em bens manufaturados é reduzida. O baixo nível de desenvolvimento tecnológico para o processamento de produtos locais, bem como a falta de *know-how*, limitam, no imediato, a probabilidade de expandir e promover a indústria no país. Embora existam pequenas agroindústrias domésticas assentes na transformação de produtos agrícolas, o setor manufatureiro é, de facto, muito pequeno. Esse tem enfrentado sérios desafios desde a independência, antes da qual a maioria das indústrias



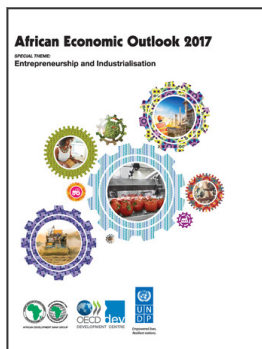
era de propriedade portuguesa. Hoje, as indústrias que ainda existem no país são insignificantes e a sua produção é irregular. A falta de indústria interna de São Tomé e Príncipe contribui para uma situação de dependência significativa em relação a outros países, tanto no fornecimento de tecnologia como no fornecimento de equipamentos e fatores de produção.

A industrialização tem um papel instrumental a desempenhar na criação de valor acrescentado e emprego para a economia. É importante salientar que São Tomé e Príncipe possui poucos recursos minerais capazes de abastecer a indústria. No entanto, na agricultura é necessário aproveitar as matérias-primas locais para criar agroindústrias para abastecer os mercados locais e de exportação. O governo não tem nenhuma política ou estratégia para industrializar o país no que se refere à agricultura e à indústria pesada. Contudo, é imperativo que o governo empreenda as reformas necessárias para incentivar e apoiar tanto o desenvolvimento das pequenas indústrias que já existem, como a criação de outras indústrias, como unidades de processamento e montagem. A construção do porto de águas profundas, que faz parte da visão do governo para 2030, e que provavelmente conduzirá ao desenvolvimento de uma zona de livre comércio, seria uma boa estratégia. Na verdade, poderia acelerar o desenvolvimento e facilitar a transferência de tecnologia e *know-how* entre São Tomé e Príncipe e países desenvolvidos. Para isso, é necessário criar um programa integrado e específico de capacitação em matéria de industrialização e de desenvolvimento de cadeias de valor pela Direção-Geral do Comércio.

O nível de consumo privado em São Tomé e Príncipe é baixo, com 66.2% da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Esta situação reflete o baixo nível de poder de compra resultante da falta de empresas capazes de criar emprego. De acordo com as estatísticas nacionais de 2005, o ambiente empresarial de São Tomé e Príncipe era composto por 1 373 empresas dos setores público e privado. Estes empregaram 18 123 pessoas, representando uma média de 13 empregados por empresa. A grande maioria dessas empresas concentrava-se no comércio (44%), seguido da indústria e da produção de energia (23%). As grandes empresas (definidas pelo volume de negócios e pelo número de funcionários, que deve ser igual ou superior 20) empregam 83% da força de trabalho total e contribuem para cerca de 99% do volume total de negócios. A lentidão dos procedimentos relativos ao investimento também prejudicaram a atividade empresarial em São Tomé e Príncipe. Conforme observado anteriormente, o setor privado permanece embrionário e é composto principalmente de microempresas assentes em comércio, construção e turismo. A taxa de juro aplicada pelos bancos locais é muito alta, dificultando o acesso do setor privado ao crédito. Existe também a falta de parcerias público-privadas (PPP), e ausência de um quadro jurídico e institucional adequado. A câmara de comércio do país, criada em 1998, é formalmente responsável por promover o melhor clima de negócios.

Os investimentos estrangeiros ou nacionais na indústria transformadora devem ter em conta os mercados externos, uma vez que o mercado interno é demasiado pequeno e não oferece os tipos de oportunidades que poderiam atrair investimentos significativos. Para garantir a criação de novas unidades industriais, e com vista ao desenvolvimento do empreendedorismo em São Tomé e Príncipe, o governo deve adotar reformas que proporcionem incentivos quer aos investidores nacionais quer à captação de investidores estrangeiros. Características para atrair os investidores podem incluir redução de encargos fiscais, a concessão de empréstimos a empresas e instalações, bem como a construção de infraestruturas para permitir o desenvolvimento de empresas industriais de importância estratégica.





From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “São Tomé e Príncipe”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-52-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.